

“O Brasil precisa acordar!”: ensaio sobre os desafios sócio-políticos de uma nação

“Brazil needs to wake up!”: Essay on the socio-political challenges of a nation

Pablo Castro

Graduando do curso de Engenharia Elétrica do IFBA. E-mail: pablocl@gmail.com

Rafael Henrique

Thiago Lopes

Graduandos do curso de Engenharia Mecânica do IFBA.

E-mails: ri.quinho12@hotmail.com ; thiagoneveslopes@gmail.com

Resumo: O propósito deste ensaio é apresentar e discutir alguns elementos presentes nas estruturas econômicas, sociais e políticas do Brasil que impediram e continuam a impedir o seu desenvolvimento. Para tanto, o trabalho se valeu, metodologicamente, de bibliografia especializada aliada a dados empíricos sobre o objeto. Ao fim e ao cabo da exploração, percebeu-se que é possível concluir, parcialmente, que a solução dos impasses para o país deve focar no combate à corrupção estrutural do Estado, nos altos índices de desigualdade social e na promoção de um maior protagonismo popular na esfera política.

Palavras-chave: História do Brasil. Reforma Política. Reforma Tributária.

Abstract: The purpose of this essay is to present and discuss some elements present in the economic, social and political structures of Brazil that impeded and continue to impede its development. For this, the work was methodologically based on specialized bibliography combined with empirical data on the object. At the end of the exploration, it was realized that it is possible to conclude partially that the solution of the impasses for the country must focus on the fight against the structural corruption of the State, the high levels of social inequality and the promotion of a greater popular protagonism in the political sphere.

Keywords: History of Brazil. Political reform. Tax reform.

“Uns com tanto
Outros tantos com algum
Mas a maioria sem nenhum.”
(MEDEIROS, Elton)

Em tempos de crise ética e de escândalos de corrupção em massa, o abismo que separa classes sociais no Brasil se torna cada vez maior. Os grandes meios de comunicação no Brasil são controlados por algumas poucas famílias, que não têm interesse em alterar essa realidade já existente. Além dessas famílias, existem também as donas de grandes empreiteiras e de grandes latifúndios agropecuários (a bancada ruralista da Câmara dos Deputados exemplifica a influência de poderosos no nosso sistema político), por exemplo, entre outras, que constituem um pequeno grupo, em relação ao todo da população, que concentra a maior parte da renda do país e que traduz seu poder econômico em influência política. E os políticos agem para favorecer

a manutenção desse sistema desigual, jogando sobre a população menos favorecida o custo dos problemas econômicos do país. No livro *Ética e Vergonha na cara*, de Clóvis de Barros Filho e Mário Sérgio Cortella, temos uma definição de corrupção que ilustra como as decisões tomadas por esses poderosos, a partir do sistema político, não permitem que grande parte da população tenha direito a pleitear uma vida melhor.

A corrupção seria exatamente isto: a exclusão sistemática e permanente de certos segmentos da sociedade em proveito de outros. E perceba qual é a graça dessa definição: é que ela não vincula necessariamente a corrupção a um ato de ilegalidade. É perfeitamente possível que tudo aconteça dentro da mais perfeita legalidade. Mas todas as vezes que, dentro de uma sociedade, houver discriminação permanente de um grupo em detrimento de outro ou de outros grupos que são sistematicamente beneficiados, há aí uma situação de corrupção. (BARROS FILHO; CORTELLA, 2014, p. 40)

A relação entre corrupção e discriminação, exclusão e desigualdade é perfeita para entender o Brasil. Não é por acaso que os escândalos políticos estão aparecendo. Se o Brasil é tão desigual, é porque a corrupção está enraizada no sistema político e econômico. A Receita Federal traz números que mostram que 2,5 milhões de famílias de classe A, num país com mais de 200 milhões de habitantes, concentram 37,4% de toda a renda do Brasil (MELO, 2016). Essa concentração é decorrente de interesses e de ações políticas e econômicas: políticos favorecem os ricos e vice-versa. O empresário Oded Grajew, idealizador do Fórum Social Mundial, constata: “os governos estão mais a serviço de quem tem recursos, [...] o que se traduz em políticas que os favorecem e que fazem crescer a desigualdade. É só olhar a agenda de qualquer presidente, [...] com quem conversa, e as medidas [que adota]” (apud MELO, 2016, s.p.). Os grandes concentradores de renda e a classe política financiada por eles não têm interesse em rever o imposto sobre a riqueza no país, isso afetaria essa concentração de renda que funciona como combustível para esse ciclo de corrupção instalado.

É por decorrência de atos dessa pequena parcela da população brasileira, que detêm o poder econômico e político, que o ideal de democracia participativa ainda é embrionário no país. Em virtude disso, em quase 30 anos, apenas quatro projetos de Iniciativa Popular foram aprovados pela Câmara e, ainda assim, nenhum deles foi tratado como sendo de autoria da população (CALGARO, 2017). Atualmente, duas propostas vindas do povo tramitam na Câmara dos Deputados, e a nenhuma das duas foi concedida a autoria popular. Ambas foram “adotadas” por parlamentares, tornando-os seus autores (CALGARO, 2017). Até nisso os políticos roubam a população. É como se a voz do povo fosse abafada por tanto poder político e econômico.

Nesse caso, podemos fazer uma relação entre o quadro de Tsing Fan Cheng, *Wathing TV* (a seguir), e um trecho do Livro *Política para não ser idiota*, que diz: “a política de ação, não só a política do cotidiano – no condomínio, na escola, na família, no bairro, na ONG, no sindicato – mas a política como atividade e vida pública, não necessariamente partidária, exige participação. Não fazê-la é algo que, a meu ver, indica alienação” (CORTELLA; RIBEIRO, 2010, p. 31). Os grandes concentradores de

renda são os donos dos meios de comunicação, que utilizam de forma corrupta, para alijar a grande massa do processo de transformação social e diminuição da igualdade.

Imagem 1 – Quadro *Watching TV*



Fonte: CHENG (1990).

Como se não bastasse, o governo atual golpista de Michel Temer vem, por meio da emenda constitucional número 95, que congelou investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia por 20 anos, retirando programas sociais que beneficiam as camadas menos favorecidas, como o Ciência sem Fronteiras, que concedia bolsas de estudo no exterior para estudantes de graduação de baixa renda que não teriam condições de bancar seus estudos em outros países. Contudo, há quem diga que tais programas foram um total fracasso. “Não houve critério na escolha das instituições do exterior, bolsistas que não dominavam o idioma [...] tiveram que voltar antes do tempo [...]” (ALVARENGA, 2017, s.p.). Sob a infeliz e falsa alegação de que o programa promovia viagens de veraneio para estudantes abastados, o governo Temer encerrou o programa. Porém, todo programa social deve ser avaliado constantemente e ser ajustado ao longo da sua existência, e a ação do executivo em terminar o Ciência sem Fronteiras não está em consonância com uma tentativa de diminuir a desigualdade no Brasil. “Obviamente, o Ciência sem Fronteiras poderia passar por aperfeiçoamentos como a instituição de bolsas parciais para estudantes com renda suficiente para contribuir, ou a adoção de parceria com a iniciativa privada, que já respondia por 25% do financiamento” (GUIMARÃES, 2017, s.p.).

Acentuando o problema, o Brasil não segue o atual movimento mundial de redução da desigualdade econômica. Segundo dados estatísticos, de 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – grupo composto por EUA, França, Suécia, Brasil, Japão e diversos outros países ao redor do mundo, criado para buscar o crescimento econômico dos países membros – 21 deles aumentaram a tributação sobre os ricos (DRUMMOND, 2016), enquanto o Brasil e mais 12 países continuam com políticas de incentivo fiscal para grandes empresários, permitindo, dessa forma, a ampliação do abismo entre ricos e pobres. Aliado a isso, a receita do país sofre com desonerações (incentivos ou regimes fiscais específicos para produtos ou operações), sonegação de impostos (uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de impostos) e elisões fiscais (planejamento legal para evitar o pagamento

de tributos). Esses mecanismos acarretam arrecadação menor e, conseqüentemente, menos dinheiro para aplicar na saúde, na educação, na segurança, na distribuição de renda.

A grande pobreza, miséria e fome, de boa parte da população brasileira, não é algo recente. Na primeira metade do século XX, Cândido Portinari, grande pintor brasileiro, retratou a miséria em *Os Retirantes*, quadro que mostra uma família sem rumo, em total situação de pobreza e fome, sem nenhuma perspectiva de vida. O quadro de Portinari, que captava a realidade daquele momento histórico, infelizmente, continua a reproduzir a realidade de muitas famílias brasileiras. Faz-nos afirmar que a desigualdade é um mal que vem perdurando por séculos. Essa infeliz e vergonhosa realidade é reflexo das ações dos mais ricos, detentores do poder. Para manter sua condição social e suas riquezas, trabalham para que as disparidades econômicas e sociais permaneçam. É preciso que os pobres permaneçam pobres, para que os ricos sejam cada vez mais ricos.

A agenda tributária do país é uma demonstração de como os poderes político e econômico agem, pura e simplesmente, para beneficiar os detentores de grande volume de capital. Vejamos: 1) quem especula no mercado financeiro paga 21% de imposto e os assalariados pagam 27,5%; 2) grandes empresas deixam, descaradamente, de recolher imposto e o governo faz de conta que não viu, porque as primeiras financiam os políticos, que fazem parte do segundo (DRUMMOND, 2016). Essa relação inescrupulosa compromete qualquer plano de distribuição de renda e de combate à desigualdade.

Além de todo o desinteresse da classe política brasileira em taxar de forma mais incisiva os concentradores de renda no país, não existe uma indicação para um aumento na alíquota de imposto sobre herança e transmissão de capital. Todas essas medidas concorrem para uma maior concentração de renda e conseqüente aumento da desigualdade social. Em países mais desenvolvidos, como a Alemanha e os Estados Unidos, o tributo sobre herança é 40%, enquanto no Brasil é de 4% (MARTINS, 2014).

O sistema de imposto brasileiro é bastante regressivo: quem ganha mais paga menos e quem ganha menos paga mais. Como se não bastasse essa maquininha de concentrar riqueza, vários impostos incidem sobre o consumo, e isso atinge todos os setores da sociedade: penalizando quem ganha menos e tem de pagar o mesmo imposto do rico. Na tabela a seguir, procuramos mostrar o impacto dos impostos nos bens e serviços no salário mínimo e no subsídio do presidente da república:

Tabela 1: Impacto dos impostos nos bens e serviços no salário mínimo e no subsídio do presidente da república

	SALÁRIO MÍNIMO		SALÁRIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
	R\$	954,00 ¹	R\$	30.934,70 ²
VALOR CESTA BÁSICA - SALVADOR - SET 2018	R\$	315,86 ¹	R\$	315,86 ¹
IMPOSTO CESTA BÁSICA - 20% ³	R\$	63,17	R\$	63,17
PORCETAGEM DO IMPOSTO EM CIMA DA RENDA		6,622%		0,204%
COMPRA DE SUPERMERCADO	R\$	100,00	R\$	100,00
CARGA TRIBUTÁRIA MÉDIA BRASILEIRA - 35% ³	R\$	35,00	R\$	35,00
PORCETAGEM DO IMPOSTO EM CIMA DA RENDA		3,669%		0,113%
¹ FONTE: http://www.dieese.org.br				
² FONTE: http://www.transparencia.gov.br/servidores/503124				
³ FONTE: (SCRIVANO, 2012)				

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados consultados nas fontes indicadas

Na tabela, temos a porcentagem do imposto em comparação ao salário. Ela é muito maior quando o consumidor tem salário mínimo do que quando ganha salário de Presidente, o maior salário do executivo brasileiro. Num cálculo aproximado, o impacto desse imposto sobre o consumo chega a mais de 3000% para as classes sociais menos favorecidas.

O economista Thomas Piketty, Professor da École d'Économie de Paris e um dos autores mais vendidos do New York Times, disse: “o Brasil poderia ter um sistema de imposto mais progressivo. O sistema é bastante regressivo, com altas taxas sobre o consumo para amplos setores da sociedade, enquanto os impostos diretos são relativamente pequenos” (*apud* MARTINS, 2014, s.p.). É preciso rever esse sistema. A realidade de muitos brasileiros ainda é triste, análoga ao quadro “Comedores de Batatas” (GOGH, 1885), existindo apenas para sobreviver, comendo o que estiver ao alcance para não morrer, e essa cobrança injusta de impostos apenas possibilita o aumento da desigualdade e da fome de tantas famílias no país.

Tem sido comum dizer que a desigualdade diminuiu nas últimas décadas, depois da implantação de programas de transferência de renda em larga escala, como o Fome Zero que, posteriormente, foi incorporado pelo Bolsa Família. A impressão deixada após a implantação desses programas no Governo Lula, e manutenção durante o Governo Dilma, era que essa distância entre classes sociais no Brasil apresentava leve retração. Isso não é tão evidente assim e, a depender da fonte dos dados, o quadro pode ser outro. As informações passadas ao público, geradas pelas pesquisas de domicílio, realizadas pelo IBGE, por exemplo, não são eficazes em determinar o grau de desigualdade no Brasil. Em entrevista à Carta Capital (ano 2014), ao jornalista Miguel Martins, o economista Thomas Piketty diz:

quando há apenas o sistema de pesquisas domiciliares para se medir a distribuição de renda, você tende a subestimar a desigualdade. Os 10% mais ricos em particular não são bem registrados em pesquisas com famílias. Na maior parte dos países, quando há imposto de renda, os governos publicam balanços anuais detalhados. No Brasil, o governo não está publicando estas informações de forma transparente. Fomos capazes de encontrar os balanços de imposto de renda entre 1963 e 1999. A partir desse ano a base parece ter desaparecido. Recentemente, algum acesso foi dado a um grupo de economistas brasileiros, do professor Marcelo Medeiros, da UnB, relativo ao período de 2006 a 2012. O fim da publicação da base de dados em papel pode ter contribuído para isso. Muitas vezes há mais restrição para acessar os dados informatizados.

O que parece é que a informatização do sistema criou uma blindagem desses dados, ao invés de facilitar o acesso à informação. Existe uma grande disparidade entre os dados coletados e divulgados pelo IBGE (pesquisas domiciliares), com os dados da Fazenda Federal (dados dos tributos recolhidos). Uma constatação da não confiabilidade das pesquisas do IBGE é que, nos últimos anos, esses dados indicavam uma leve diminuição na desigualdade no Brasil, mas, segundo recente pesquisa da Oxfam, o Brasil despencou 19 posições no ranking da desigualdade. Ainda nesse estudo, foi verificado que seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. A pesquisa ainda mostra que os 5% mais ricos têm a mesma renda que os outros 95% da população (ROSSI, 2017).

Fazendo uma analogia ao sistema de cotas brasileiro, que é decorrente de uma política de reparação histórica, já que a discriminação racial oprimiu a população negra brasileira desde a época colonial, o Brasil precisa de “cotas” para que o pobre e os remediados tenham oportunidade de crescimento intelectual, aumentando a possibilidade de ingressarem na política, que ainda é dominada por famílias tradicionais e pouco interessadas em mudar a “cara” do Brasil. Um exemplo desse desequilíbrio ao longo dos tempos é a família Andrada, que, desde a criação do Brasil até os dias atuais, ocupa posições de poder na política brasileira. Esse poder, destinado a essa família por Dom Pedro I, somado ao sistema tributário brasileiro, cria uma disparidade absurda entre ricos e pobres no Brasil. O próprio site de uns dos descendentes da família, o Deputado Bonifácio de Andrada, informa que ele

é descendente direto do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva e, ainda bisneto do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, sobrinho neto do Presidente Antônio Carlos, representando a 5ª Geração de Parlamentares Brasileiros da Família Andrada, que de pai para filho servem o Parlamento Nacional desde 1821, com a interrupção apenas de 8 anos no século passado. O seu pai e seu avô, ambos também com o nome José Bonifácio, exerceram a liderança na Câmara na década 1920 e 1970, tendo o seu pai, mais conhecido como Zezinho Bonifácio, presidido aquela Casa. (TORRES, 2017, s.p).

O motivo de essas famílias se perpetuarem no poder são as influências econômica e política, herdadas de forma antidemocrática nos tempos do Império. Essa

força, consolidada ao longo de séculos, faz com que a maioria da classe política não esteja interessada em encurtar essa distância entre as classes sociais no Brasil. Uma demonstração dessa aberração é que o próprio Deputado Bonifácio de Andrada apresentou um projeto de lei (posteriormente retirado pelo autor) que estabelecia que mulheres com licença médica maior que 15 dias deveriam ser substituídas por suas filhas (TORRES, 2017).

Tendo em vista essa triste, infeliz — mas calculadamente orquestrada pela elite rica — situação, faz-se necessário pensar em soluções. É o que faremos a seguir.

Uma delas é o aperfeiçoamento de programas sociais, como o de renda mínima. Auxílios como esse, estando em vigor, permitiriam às famílias mais carentes ter a garantia de comida na mesa. Assim como daria a algumas pessoas a oportunidade de investir em coisas novas, buscar novos rumos sem ter medo de algo dar errado. “Ter uma renda básica impediria que essa parcela da população ficasse desamparada e pudesse se requalificar ou empreender” (SÔNEGO; CALDAS, 2017, s.p.). Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, também defende tal medida, para ele: “os Estados devem garantir uma renda mínima a seus cidadãos, independentemente de classe socioeconômica, para que eles deem conta de despesas básicas como alimentação, moradia e saúde” (*apud* SÔNEGO; CALDAS, 2017, s.p.). Para Martin Ford, futurologista e autor do best-seller *Rise of the Robots: Technology and the Threat of a Jobless Future* (“Ascensão dos robôs: Tecnologia e a ameaça de um futuro sem emprego”), essa atitude de Zuckerberg é a mesma de “um grupo de lideranças do Vale do Silício que vêm ampliando a visibilidade de um movimento internacional em favor da renda básica universal, organizado em rede desde meados dos anos 80” (*apud* SÔNEGO; CALDAS, 2017, s.p.).

A proximidade com a tecnologia possibilita ter uma visão do futuro no qual as máquinas irão substituir as pessoas, que ficarão sem possibilidade de se reinserir no mercado de trabalho. A renda mínima seria uma forma de enfrentar essa realidade. A defesa da renda mínima não é tão recente quanto se imagina. No final do século XVIII, já era defendida por Thomas Paine, economista britânico e um dos fundadores dos EUA, e foi defendida por economistas e políticos durante os séculos XIX e XX. Hoje, temos uma corrente econômica, da qual fazem parte o americano Joseph Stiglitz e o francês Thomas Piketty, economistas de renome, que defende que o Estado deva destinar uma quantia para cada cidadão, seja ele empregado ou desempregado, e que essa medida impulsionaria a economia como constatado em algumas experiências em cidades do Canadá, dos Estados Unidos, da Europa etc.. Segundo um estudo publicado em 2011 por Evelyn L. Forget, professora de Economia da Universidade de Manitoba (Canadá), “o pagamento de uma renda básica a todos os cidadãos de Dauphin, durante o experimento conduzido na década de 70, reduziu a pobreza e amenizou vários outros problemas socioeconômicos” (BBC BRASIL, 2017, s.p.).

No caso brasileiro, existe uma lei, aprovada em 2004, que até o momento carece de regulamentação. A lei estabelece que o Estado deva prover uma renda mínima a todos os brasileiros e residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, suficiente para atender os mínimos gastos com alimentação, educação e saúde (BBC BRASIL, 2017). A necessidade de normatização desse tipo de programa é urgente, para que o ganho mínimo mensal consiga suprir as despesas de um trabalhador e sua família com

alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência (o salário mínimo ideal para o mês de agosto de 2017 é R\$3.744,83 (DIEESE)). Contudo, se essas políticas de renda mínima, como o Bolsa Família ou valorização do salário mínimo, não forem implantados em conjunto com uma profunda reforma tributária, a desigualdade no país tende a aumentar. As pesquisas mostram que houve um progresso na distribuição de renda para as camadas mais inferiores, com a valorização do salário mínimo e com programas sociais, mas essa conta não foi paga pelos ricos, e sim pela classe média, o que só fez com que a desigualdade aumentasse (BALTHAZAR, 2017). Enquanto não houver uma política tributária mais justa e progressiva (quem ganha mais paga mais), o que acontecerá é um achatamento da classe média e aumento da desigualdade, quando o melhor, para o crescimento econômico do país, seria elevar a população das classes menos favorecidas aos próximos níveis sociais.

A tributação (ou os impostos), no Brasil, como já foi dito, é em grande parte em cima do consumo e, dessa forma, atinge as classes menos favorecidas de forma injusta. Há a urgente necessidade de rever toda essa política tributária e ter a coragem de impor aos ricos taxas mais condizentes com os seus ganhos. Não tem como o país se desenvolver sem fazer essa reforma e mudar a forma de taxar capital e herança, além de definir um imposto mais justo sobre o consumo. Existe uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe uma reforma tributária. Ela está tramitando no congresso e é um ponto de partida, mas existem as leis complementares que serão oriundas desse processo e que vão definir as alíquotas. No caso de investimentos, herança e sobre o consumo, em que há a maior disparidade entre o Brasil e a média mundial, se requer uma atenção especial, da população, para pressionar os políticos a trabalharem em prol da diminuição da desigualdade e de uma forma mais justa de submeter essas taxas à população.

Além dessas medidas para suprir as necessidades básicas de cada cidadão e prover uma agenda tributária mais justa, é de suma importância o incentivo ao desenvolvimento educacional, cultural, científico, e dar oportunidade igual a todos, com a finalidade de desenvolver o país e prover uma diminuição desse contraste entre ricos e pobres no Brasil. Uma das ferramentas que vinha sendo utilizada recentemente e que foi extinta pelo governo atual é o Ciência Sem Fronteiras, o programa necessitava de alguns ajustes, mas já estava apresentando resultados: “Dentre os bolsistas, 20% ingressaram em cursos de mestrado ou doutorado ao concluir a graduação, enquanto o índice geral é de apenas 5%” (GUIMARÃES, 2017, s.p.). Dos beneficiados, 25% eram de famílias com renda mensal de até três salários mínimos e 90% dos bolsistas eram de universidades públicas (GUIMARÃES, 2017).

Para que se consiga exigir medidas que visem valorizar e gerar oportunidades para as classes menos favorecidas, é importante cobrar do Estado e do seu candidato eleito as promessas de campanha, seja no legislativo, seja no executivo, ou seja, se inteirar e participar da política do país. Essa atitude ativa define o que se chama de Democracia Participativa. O exercício desse tipo de democracia possui instrumentos para tal, como o Orçamento Participativo: “nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015, s.p.). Essa

medida foi implantada na cidade de Porto Alegre em 1989, pelo PT, e daí a prática se espalhou por cerca de 350 prefeituras (CALDEIRA, 2014). O site da prefeitura de Porto Alegre explica como funciona esse sistema na cidade:

inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas. Nas Assembléias Regionais e Temáticas, que se realizam de abril a maio, nas 17 Regiões e seis Temáticas do OP, a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas. Os Fóruns de Delegados são responsáveis pela definição, por ordem de importância, das obras e serviços que serão discutidas no período de maio a julho e pela análise e aprovação do Plano de Investimentos e Serviços da sua Região ou Temática. (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, s.d., s.p.).

O estudo *Improving Social Well-Being Through New Democratic Institutions* (“Melhorando o Bem-Estar Social por meio de Novas Instituições Democráticas”), dos cientistas políticos americanos Michael Touchton e Brian Wampler, constata que as cidades com o programa de Orçamento Participativo investem mais em saúde e saneamento, além de se destacarem em outros indicadores sociais (CALDEIRA, 2014). “Os pesquisadores analisaram os dados de 253 municípios com mais de 100 mil habitantes. Nos locais onde vigora o OP por quatro anos, observou-se redução 11% maior na mortalidade infantil, em comparação com cidades sem o instituto.” (CALDEIRA, 2014, s.p.).

Além deste, a Iniciativa Popular possibilita que a população leve, à Câmara dos Deputados, projetos de lei gerados pelo povo. “A apresentação de projetos desse tipo está prevista desde a Constituição Federal, de 1988. Em 1998, foi aprovada uma lei regulamentando os critérios para a sua apresentação” (CALGARO, 2017, s.p.). As exigências para a apresentação de um projeto de lei por Iniciativa Popular dizem respeito a um número mínimo de eleitores assinantes, distribuídos em, no mínimo, cinco estados federativos.

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles’ (art. 61, § 2º, CF). Atendida a exigência constitucional, o projeto deve ser protocolizado junto à Secretaria-Geral da Mesa, obedecendo ao disposto no art. 252 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, s.d., s.p.).

Um dos projetos de Iniciativa Popular aceitos pela Câmara foi o da Lei da Ficha Limpa (CALGARO, 2017), que impede que um político que teve seu mandato cassado ou que tenha sido condenado judicialmente seja elegível em um período de oito anos. Atualmente, duas propostas de autoria popular tramitam na Câmara dos Deputados:

uma delas altera dispositivos do Código Penal [...]. Atualmente, aguarda parecer em uma comissão especial. A segunda proposta destina 10% da receita corrente bruta da União ao Sistema Único de Saúde (SUS). Está parada na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça], onde aguarda parecer (CALGARO, 2017, s.p.).

Isso mostra a força popular no avanço da nossa situação política. É necessária uma aplicação em maior escala de recursos como esses para que se tenha a verdadeira noção do que pode ser alterado no mundo político em benefício do povo. Existe uma necessidade urgente de mobilização popular. Virar a página do Brasil desigual e desenhar um futuro mais justo não é tarefa fácil, mas é necessário fazê-la. Como dizem Cortella e Ribeiro (2010), é preciso fazer política para não ser idiota. Sem assumir essa responsabilidade, somos só mais um “condômino” que reclama do valor do condomínio e da sujeira espalhada pelos playgrounds, mas não participa, não discute, não exige, não faz. Calados e inativos, somos o que a elite quer de nós: impotência ao quadrado que eleva ao cubo a riqueza de quem já tem.

Referências

ALVARENGA, Bianca. O fim da farra no Ciência sem Fronteiras. *Veja*, São Paulo, 8 abr. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/o-fim-da-farra-no-ciencia-sem-fronteiras/>>. Acesso em: 29 ago. 2017. Online, não paginado.

BALTHAZAR, Ricardo. Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade, diz Thomas Piketty. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1922435-brasil-nao-cresce-se-nao-reduzir-sua-desigualdade-diz-thomas-piketty.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2017. Online, não paginado.

BARROS FILHO, Clóvis de; CORTELLA, Mario Sergio. *Ética e Vergonha na Cara!*. São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2014. 70 p.

BBC BRASIL. Por que milhares de pessoas receberão salários sem trabalhar em 2017. *Portal BBC Brasil*, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38489876>>. Acesso em: 12 out. 2017. Online, não paginado.

CALDEIRA, João Paulo. Os exemplos de democracia participativa direta. *Jornal GGN*, 3 jun. 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/os-exemplos-de-democracia-participativa-direta>>. Acesso em: 15 out. 2017. Online, não paginado.

CALGARO, Fernanda. Em quase 30 anos, Congresso aprovou 4 projetos de iniciativa popular. *G1*, Brasília, 15 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-quase-30-anos-congresso-aprovou-4-projetos-de-iniciativa-popular.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2017. Online, não paginado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Sua proposta pode virar lei*. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/participacao/sugira-um-projeto>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CHENG, Tsing Fan: *Watching TV*, acrylic on canvas 36" 92 cm x 48" 122 cm, 1990, Tsing Fan Cheng em: T.F. Chen Cultural Center Tsin Fan Cheng.

CORTELLA, Mario Sergio; RIBEIRO, Renato Janine. *Política Para Não Ser Idiota*. São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2010. 112 p.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 29 set 2017.

DRUMMOND, Carlos. Brasil, o paraíso dos ricos. *Carta Capital*, n. 915, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/915/brasil-o-paraiso-dos-ricos>>. Acesso em: 25 ago. 2016. Online, não paginado.

GOGH, V. v. *De aardappeleters*. 1885. 1 original de arte, tinta a óleo, 82 cm x 114 cm. Museu Van Gogh. Disponível em:
<<https://vangoghmuseum.nl/nl/collectie/s0005V1962>>. Acesso em: 25 set. 2017.

GUIMARÃES, José. Fim do Ciência sem Fronteiras é um golpe para estudantes mais vulneráveis. *Brasil 247*, São Paulo, 5 abr. 2017. Disponível em:
<<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/joseguimaraes/288860/Fim-do-Ci%C3%Aancia-sem-Fronteiras-%C3%A9-um-golpe-para-estudantes-mais-vulner%C3%A1veis.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2017. Online, não paginado.

MARTINS, Miguel. “Não discutir impostos sobre riqueza é loucura”. *Carta Capital*, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/thomas-piketty-nao-discutir-impostos-sobre-riqueza-no-brasil-e-loucura-7525.html>>. Acesso em: 25 ago. 2016. Online, não paginado.

MEDEIROS, E. Maioria Sem Nenhum. Intérprete: Elton Medeiros. In: PAULINHO DA VIOLA & ELTON MEDEIROS. *Paulinho da Viola & Elton Medeiros - Samba na Madrugada*. Rio de Janeiro: Kuarup, p2015. 1CD. Faixa 2. Disponível em:
<<http://livraria.folha.com.br/cds/samba-pagode/paulinho-viola-elton-medeiros-samba-madrugada-cd-1316384.html>>. Acesso em: 21 set. 2017.

MELO, Débora. “Aumento da desigualdade é sintoma de que algo está errado”. *Carta Capital*, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-esquerda-fracassou-no-combate-a-desigualdade>>. Acesso em: 25 ago. 2016. Online, não paginado.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. *O que é orçamento participativo?*. 22 maio 2015. Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PORTINARI, C. *Retirantes (Série Retirantes)*. 1944. 1 original de arte, óleo sobre tela, 192 cm x 181 cm. MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand). Disponível em: <http://masp.art.br/masp2010/acervo_detalheobra.php?id=438>. Acesso em: 25 set. 2017.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. *Funcionamento Geral*. Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15>. Acesso em: 15 out. 2017.

ROSSI, Marina. Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. *El País*, 25 set. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html>. Acesso em: 10 out. 2017. Online, não paginado.

SCRIVANO, Roberta. Imposto da cesta básica no país supera valor de EUA e Japão. *O Globo*, São Paulo, 19 nov. 2012. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/economia/imposto-da-cesta-basica-no-pais-supera-valor-de-eua-japao-6776184>>. Acesso em: 26 set. 2017. Online, não paginado.

SÔNEGO, Dubes; CALDAS, Edson. Bilionários do setor de tecnologia embarcam no movimento da renda básica universal. *Época NEGÓCIOS*, São Paulo, 20 jul. 2017.

Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/noticia/2017/07/bilionarios-do-setor-de-tecnologia-embarcam-no-movimento-da-renda-basica-universal.html>>.

Acesso em: 06 out. 2017. Online, não paginado.

TORRES, Diego. De Dom Pedro I a Temer: os Andradas na política nacional. *Portal do Terra*, out. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/de-dom-pedro-i-a-michel-temer-o-protagonismo-dos-andradas-na-politica-nacional,bbc0fe14df677c7b60c69e23a3c1809dwekcqm4q.html>>.

Acesso em: 06 out. 2017. Online, não paginado.